

A Cabanagem e o Plebiscito no Pará: uma Guerra que Ecoa ao longo da História¹

Evelyn Cristina Ferreira de AQUINO²
Netília Silva dos Anjos SEIXAS³
Universidade Federal do Pará, PA

Resumo

A Cabanagem (1835-1840), movimento que deflagrou os ideais de liberdade e autodeterminação de um povo em relação ao domínio externo e o Plebiscito (2011) votação popular cuja proposta foi a redefinição dos limites políticos-geográficos do Estado do Pará com a criação do Tapajós e do Carajás, foram acontecimentos político-sociais marcantes na história do Pará. Nesse artigo propomos a partir da análise das estratégias discursivas de um programa do Horário Eleitoral Gratuito do Plebiscito aproximar a dialogismo presente nesses dois importantes acontecimentos, suas particularidades e tensionamentos, utilizando o método de análise do discurso proposto por Bakhtin (1995; 1998), além de Vera França (2002; 2012) e Eliseo Verón (1987; 2005).

Palavras-chave: Plebiscito no Pará; Cabanagem; estratégias discursivas.

Apresentação

O movimento da Cabanagem que está completando 180 anos, e o plebiscito realizado em 2011 no Pará entraram para a história nacional a partir de diferentes perspectivas no espaço e no tempo em que ocorreram, mas o estudo e a compreensão de ambos podem iluminar a história atual do Pará e possuem mais em comum do que os poucos estudos sobre esses dois acontecimentos nos permitem entrever.

Considerando que ambos os assuntos demandam uma discussão e compreensão em maior profundidade, faremos neste artigo uma relação entre a Cabanagem e o Plebiscito, que tiveram lugar no Estado do Pará, pois acreditamos haver, dentro de suas particularidades, questões afins nas disputas discursivas que colocam o acontecimento da Cabanagem em diálogo direto com o embate político exposto nas estratégias das campanhas televisivas político-plebiscitárias.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, email: evyrcristina@yahoo.com.br

³ Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, email: netilia@uol.com.br

Na primeira e segunda parte do trabalho faremos uma apresentação desses dois eventos: a Cabanagem e o Plebiscito 2011; na terceira, faremos uma análise do programa veiculado pela Frente Contra a Criação do Estado do Carajás, exibido no dia 18/11 (sexta à noite) no Horário Eleitoral Gratuito do Plebiscito⁴, realizado em período anterior à votação, como será explicado mais adiante. Utilizaremos como método a análise do discurso aos moldes das proposições de Mikhail Bakhtin (1995; 1998), observando os aspectos das estratégias discursivas interacionais, com os aportes teóricos de Vera França (2002; 2012) e Eliseo Verón (1987; 2005). Para complementar a análise situaremos também algumas das estratégias discursivas das Frentes Pró Criação dos Novos Estados. Entendemos que o objeto comunicacional televisivo estudado trouxe à tona discursividades do processo social da Cabanagem como forma de deslegitimar o projeto de divisão do Pará.

A Cabanagem: O Povo como Protagonista de sua História

Para o jornalista Lúcio Flávio Pinto (2014), o desenvolvimento das possibilidades de conhecimento não é sinônimo de um bom entendimento sobre a Cabanagem. Esse acontecimento histórico é uma parte fundamental da historiografia regional e precisa ser contextualizado desde seus primórdios, extraindo-se os excessos e os "desvios ideológicos" que dificultam a compreensão dos fatos, sobretudo dos não óbvios, a serem revelados (PINTO, 2014, p. 16).

João de Jesus Paes Loureiro (2003) afirma que a Cabanagem é um dos expoentes da história regional, alimentando o imaginário local até os dias atuais. De 1820 a 1840, a Amazônia experimentou a formação de uma insurreição popular contra o domínio político e econômico de portugueses na região. Mesmo com a Independência em 1822, a revolta permaneceu viva em busca de uma verdadeira emancipação em relação a esse controle, à qual as elites portuguesas insistiam em não aceitar (PAES LOUREIRO, 2003, p. 78).

O Pará foi a última província a aderir à Independência - em agosto de 1823 -, e ainda assim, eram os portugueses que detinham os maiores cargos públicos administrativos. A Cabanagem foi uma revolução cabocla que explodiu após um longo processo de aspiração de autonomia local, reunindo diversas classes subjugadas ao poder colonial e de diferentes estratos sociais, como pessoas do clero, das elites nacionais e intelectuais, mas também negros, índios e caboclos, que compunham um movimento armado para entrar "na luta por

⁴ Na dissertação de mestrado da aluna, que encontra-se em desenvolvimento, tem-se como objetivo analisar como se constituíram as estratégias discursivas nas campanhas televisivas das frentes pró e contra a criação dos estados do Carajás e do Tapajós no plebiscito de 2011, no Pará, e quais os sentidos possibilitados por essas estratégias.

ideais concretos de libertação" (PAES LOUREIRO, 2003, p. 78). Paes Loureiro reitera sua importância:

Na opinião dos historiadores, A Cabanagem foi um dos mais profundos, amplos, sérios movimentos políticos revolucionários do período regencial brasileiro, estendendo-se de 1835 a 1840. Verdadeiramente, ela serve de eixo invisível em torno do qual gira a história de uma parte da Amazônia, especialmente do Pará. Sua propagação no imaginário amazônico assemelha-se ao que ocorreu com os episódios da cavalaria ou das cruzadas, no imaginário dos povos da Península Ibérica (PAES LOUREIRO, 2003, p. 79).

Essa importância, no entanto, muitas vezes não é contemplada nos livros de história, que a retratam como uma simples rebelião, e que não explicitam que, nela, o povo chegou e permaneceu por um determinado período no poder. Houve uma grande articulação entre a cidade e o campo gerando uma grande insegurança na população. Várias epopeias foram fundadas nesse período exaltando os feitos dos cabanos, histórias que se estendem ao longo do tempo nos discursos da população (PAES LOUREIRO, 2003, p. 78-79).

As questões ideológicas são pouco exploradas ao se falar das lutas sociais no Pará, houve, por exemplo, um grande investimento na rede de ensino voltada para a alfabetização de algumas classes da população, ideais republicanos e abolicionistas eram pregados antes mesmo dos de independência. Vale destacar ainda, o surgimento da imprensa paraense por iniciativa de um dos principais líderes da Cabanagem: Filipe Patroni, que fundou o jornal *O Paraense* (1822-1823) como forma de expressão dos interesses e objetivos políticos almejados pelo movimento cabano (PINTO, 2014, p. 7).

Outra característica marcante dessa guerra está na expressiva quantidade de vidas perdidas durante as sangrentas disputas travadas. A literatura sobre o assunto estipula que de 12 a 30 mil pessoas morreram na época. Os números não são precisos, mas esses dados equivalem a um quinto da população das Províncias do Grão Pará e do Rio Negro, no período. Mesmo após o controle dos rebeldes e a vitória do Império, o tratamento destinado aos vencidos continuou sendo extremamente violento, diferentemente da abertura para negociação concedida aos líderes da Revolução Farroupilha⁵, no Rio Grande do Sul (PINTO, 2014, p. 8).

⁵ Também conhecida como Guerra dos Farrapos ou Decênio Heroico (1835-1845), a Revolução Farroupilha ocorreu no Rio Grande do Sul, sob liderança das elites locais, principalmente compostas por fazendeiros com o apoio das classes mais pobres. Os principais motivos de descontentamento dos rio-grandenses que levaram à eclosão desta guerra foram o aumento das taxas cobradas pelos produtos locais, especialmente o charque gaúcho; a desvalorização da população que há tempos era responsável pela proteção do território contra investidas externas, mas que não podia ascender a cargos mais altos e por fim, a falta de investimentos para o desenvolvimento econômico do sul (SÓ HISTÓRIA, s.d.).

O Plebiscito para a Criação de Novos Estados: A População como Pretexto para Disputas Políticas

No dia 11 de dezembro de 2011, a população paraense viveu um momento histórico na trajetória da democracia brasileira, pois decidiu, em plebiscito, sobre a configuração político-territorial de um Estado. Até então, a formação ou dissolução de unidades federativas no Brasil era realizada, estritamente, por decisão da administração federal. Foi a Constituição de 1988⁶ que possibilitou que a decisão sobre a reorganização do Pará se concretizasse por meio da convocação de plebiscito.

A votação foi regulamentada pela Lei n° 9.709/98, que determina a participação da população diretamente interessada na decisão sobre desmembramentos de territórios e criação de novos estados. As possibilidades de escolha do cidadão não se deram em relação a candidatos - como costuma-se acontecer nas eleições tradicionais -, mas às propostas de criação ou não dos estados do Carajás e do Tapajós (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, s.d.).

Apesar de ter sido um pleito de ideias, os personagens envolvidos na defesa e na oposição à divisão do Estado ganharam visibilidade e críticas quanto a possíveis interesses políticos não desvelados explicitamente, mas que permeavam os argumentos e as estratégias presentes nas campanhas.

Os autores dos projetos de criação dos estados votados no plebiscito estão no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 01 - Autores das propostas de criação dos estados

	TAPAJÓS	CARAJÁS
Projetos de Decreto Legislativo para a realização de consulta plebiscitária	Mozarildo Cavalcanti (senador PPB-RR), de 1999 N° PDL 137/2011	Giovanni Queiroz (deputado federal PDT-PA), de 1992; Leomar Quintanilha (ex-senador PMDB-TO), de 2009; N° PDL 136/2011
Projeto de Lei de para a criação do	Mozarildo Cavalcanti (senador PPB-RR), de 1993	—

⁶ A Constituição Federal de 1988, artigo 18, no que tange à organização político-administrativa dos Estados, prevê em Lei Complementar o surgimento e transformação em Estado, ou reintegração ao Estado de origem, dos territórios federais da União. O plebiscito deve ser convocado em casos de decisão sobre desmembramento, incorporação e subdivisão de Estados com anexação a outros, ou para a criação de novos territórios federais (BRASIL, 1988).

Estado	
--------	--

Fonte: SENADO FEDERAL, s.d.

Os líderes das frentes favoráveis e contrárias ao surgimento dos novos estados, responsáveis por organizar e promover as campanhas do plebiscito estão relacionados abaixo (Quadro 2):

Quadro 02 - Frentes registradas no Tribunal Regional Eleitoral do Pará

	TAPAJÓS	CARAJÁS
Frentes contra a criação do Estado	Deputado Estadual Celso Sabino de Oliveira (PR-PA)	Deputado Federal Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior (PSDB-PA)
Frentes pró criação do Estado	Deputado Federal Joaquim de Lira Maia (DEM-PA)	Deputado Estadual João Salame Neto (PPS-PA)

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, s.d.

O horário eleitoral gratuito do plebiscito foi regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução nº 23.354/2011. O responsável pelas campanhas das frentes em defesa da criação dos novos estados foi o publicitário Duda Mendonça⁷, já as frentes contra a criação dos estados trabalharam com um conjunto de agências do mercado paraense, são elas: Griffó Comunicação e Jornalismo, Gamma Comunicação, Mendes Comunicação e Galvão Comunicação. Todas prestadoras de serviços de publicidade, propaganda e *marketing* político conhecidas no Estado e detentoras de contas do governo estadual.

A propaganda política começou no rádio e na televisão no dia 11 de novembro e foi até o dia 7 de dezembro de 2011. Os programas tiveram 10 minutos de duração, cada. O horário no rádio foi das 7h às 7h10 e das 12h às 12h10, já na televisão aconteceu das 12h às 12h10 e das 19h30 às 19h40, de acordo com o horário de Brasília. Os programas foram transmitidos às segundas, terças, quartas, sextas e sábados, sendo que em um dia eram reservados às frentes pró e contra o Estado do Tapajós e no dia seguinte pró e contra o Estado do Carajás (MIGALHAS, 2011).

⁷ Vale destacar que Duda Mendonça foi uma das figuras à frente da concepção das campanhas dos separatistas bastante criticado nas campanhas das frentes contra a criação dos estados por ser de fora - o publicitário é baiano - e acusado de ter interesses econômicos com a divisão.

No dia 11 de dezembro de 2011, foram às urnas 4.848.495 eleitores. O resultado do plebiscito foi contra a criação dos dois estados, sendo: 66,6% decidiram pela não criação do Carajás e 66,08% votaram contra a criação do Tapajós. Carajás teve pouco mais de 1% de votos nulos e 0,41% de brancos, enquanto que Tapajós teve 1% de votos nulos e 0,49% de votos brancos. A abstenção dos eleitores foi de 25,71% (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, s.d.).

A realização do plebiscito é recente, mas os debates sobre a redivisão do Pará são caracterizados por disputas e discursos histórico-políticos. Os modelos de organização territorial ofertados desde o período colonial à Amazônia atualizam questionamentos indesejados para uma região que vivencia uma relação antagônica entre o discurso de manutenção da "unidade territorial" e o da aspiração emancipacionista que retome o desenvolvimento de seus estados e municípios. (DUTRA, 1999, p. 13-14).

As propostas de reconfiguração do território amazônico surgiram a partir do século XVIII, inicialmente sob ordem do poder colonial, com a Independência do Brasil em 1822, estas continuaram a aparecer na pauta dos governos seguintes (DUTRA, 1999, p. 74). No entanto, os sucessivos resgates dessa temática durante as mudanças de administração não foram capazes de transformar o caráter centralizador da política. As subdivisões do mapa ocorriam como forma de controle com a formação de núcleos de defesa contra os ataques externos, não houve um planejamento a longo prazo para ajustar as fronteiras político-administrativas na região. As decisões eram tomadas unicamente para atender à urgência das demandas momentâneas (DUTRA, 1999, p. 75).

A reivindicação emancipacionista do Tapajós é anterior a de Carajás e foi intensa na década de 1950, devido ao surgimento do conceito de *oeste* paraense e da organização do movimento pela criação do Estado do Tapajós (DUTRA, 1999, p. 25). A atuação do Tapajós em prol da independência do Pará encontra força no discurso das particularidades dessa região em relação ao restante do Estado. As intervenções externas a favor do Tapajós apareceram com frequência na história dessa região, conquistando a anuência dos grupos locais e recorrendo ao argumento político da extensão territorial como inviabilidade para a gerência do Estado tal qual sua formação atual (DUTRA, 1999, p. 26-27).

Os anseios de emancipação do Carajás já estavam presentes no começo do século XX - período da borracha⁸ - nos discursos de comerciantes que exigiam do governo do Pará

⁸ O ciclo da borracha (1850-1920) foi de grande transformação econômica e social para a Amazônia, provocando um grande crescimento demográfico graças à chegada de uma massa de imigrantes na região (PETIT, 2003, p. 53).

independência política em Marabá⁹. Como não tiveram suas exigências atendidas, encaminharam petição ao Congresso Federal solicitando que a administração de Marabá ficasse sob a responsabilidade de Goiás ou que se criasse um novo estado cuja cidade fosse a capital (WOOD; SCHMINK, 2012, p. 196).

As Estratégias Discursivas no Horário Eleitoral Gratuito

Os indivíduos exteriorizam aquilo que se constitui dentro de si por meio de um conjunto de signos. A essa atividade Bakhtin (1995, p. 111) chama de "expressão", formada pelo conteúdo interno do sujeito, seguida por uma "objetivação exterior" para o outro, mas também para si. A expressão coordena esse trabalho mental e este, por sua vez, a molda e estabelece o direcionamento que aquela vai ter (BAKHTIN, 1995, p. 112).

A expressão, também chamada de enunciação pelo autor, estará sempre vinculada à condição social específica da enunciação, mas também ao meio social de forma mais ampla, não podendo ser desprovida de seu caráter histórico. O contexto imediato e os participantes imprimem a forma e o estilo à enunciação, dando a esta uma determinada ressonância (BAKHTIN, 1995, p. 114).

Eliseo Verón (2005, p. 216) complementa a discussão sobre esse elemento discursivo e destaca o conceito de enunciado: "A ordem do enunciado é a ordem do que é dito (aproximadamente poder-se-ia dizer que o enunciado é da ordem do 'conteúdo'), a enunciação diz respeito ao dizer e suas modalidades, os modos de ver".

A palavra como signo propicia a interação, a palavra é "socialmente dirigida" no sentido de se formar a partir de alguém e ser direcionada a outrem, ela é o produto dessa interação entre aquele que a emite e aquele que a recebe. A palavra é o elo entre os sujeitos, onde um se define perante o outro (BAKHTIN, 1995, p. 113). Sobre a interação Vera França explica:

Nosso desempenho, com maior ou menor competência, se dá "em situação", marcado pela contingência do movimento, pela leitura e previsão dos movimentos do outro, por nossa capacidade de inter-agir, agir-com, agir-entre. Em comunicação, a posição de agente é partilhada. Comunicando, atualizamos a linguagem e os sentidos, atuamos no mundo, construímos nossos lugares e nossas identidades, submetemo-nos, insurgimo-nos e, em conjunto, criamos a realidade e transcendemos nossa individualidade (FRANÇA, 2012, p. 38).

⁹ Marabá é a cidade eleita à capital do Estado do Carajás e tem um grande potencial econômico para o Pará. Situada às margens do rio Tocantins, Marabá teve início com armazéns construídos por comerciantes da borracha. Com o declínio dessa atividade, a produção de castanha-do-pará transformou a cidade em grande centro de extração da fruta voltada para o mercado externo (WOOD; SCHMINK, 2012, p. 195). Na década de 1930, a descoberta dos garimpos de ouro e diamante nessa área elevou ainda mais sua importância para o Pará. A economia de Marabá é ainda significativa pela pecuária e pela produção agrícola (WOOD; SCHMINK, 2012, p. 200-201).

Diante do exposto, iniciamos aqui, a reflexão sobre em um dos principais conceitos da obra Bakhtiniana que é central para nossa análise: o dialogismo, que nos auxilia a pensar como se dá a interação entre os discursos acionados nas campanhas do plebiscito e como se dão, nas estratégias discursivas do programa analisado, os tensionamentos ideológicos e históricos com a Cabanagem. Segundo o autor:

O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto linguístico (BAKHTIN, 1998, p. 86).

Esse caráter dialógico é inerente a todo e qualquer "discurso vivo". O discurso sempre vai se constituir numa relação complexa com um outro discurso, celebrando uma "interação viva e tensa" junto ao discurso alheio. O discurso é voltado para uma resposta que poderá vir antecipadamente, provocando uma significativa influência no discurso primeiro. Sendo assim, o discurso em processo está vinculado à resposta imediata, à medida que ele a reclama, presente e já a toma por base para se manifestar (BAKHTIN, 1998, p. 88-89).

Nos moldes do que explicita Bakhtin (1998), ampliamos as contribuições deste autor de um contexto de interações face a face para analisar uma produção midiática - programa eleitoral televisivo do plebiscito -, por entendermos a abrangência de suas proposições no sentido de que a relação dialógica percebida nas campanhas das frentes opostas do plebiscito representa uma das características mais interessantes observadas nos programas. As estratégias de disputa ideológica, construção de argumentos e busca de legitimação para estes, desqualificando as estratégias do oponente, acionam uma interação em que um oponente age em resposta ao outro, fazendo provocações e presentindo as respostas para posterior criação de novas possibilidades de estratégias discursivas.

Observamos ainda que os elementos presentes na construção discursiva analisada estão inseridos em um determinado processo de comunicação que carrega em si vozes históricas. Segundo Bakhtin (1998, p. 88-89), “o discurso nasce no diálogo como uma réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica dos discursos de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica”.

No caso do programa analisado, percebemos que a estratégia utilizada se apropriou de um processo histórico dentro de um contexto social, ideológico e cultural de (re)produção discursiva sobre a Cabanagem para contribuir para a defesa de uma estratégia.

Partimos aqui do conceito de estratégia de Verón (2005, p. 245) quando afirma que "as variações estratégicas remetem muito diretamente aos fenômenos de concorrência interdiscursiva próprias do campo da discursividade enquanto mercado de produção de discurso". Para o autor (2005), a contribuição da análise do discurso é a de situar-se nas diferenças, pois os discursos sociais se efetivam no interior de uma rede complexa de indefinições, portanto, as relações interdiscursivas estão diretamente vinculadas ao sistema produtivo de sentido.

O discurso político implica o uso de estratégias de convencimento em que o interlocutor garante a sua presença, tomando para si o direito da palavra como forma de impor ideologicamente seus valores. O enfrentamento entre diferentes pontos de vista acontece como uma disputa entre enunciadore, cuja enunciação está ligada à construção de um oponente rival¹⁰ (VERÓN, 1987, p. 16).

Para construir discursivamente o adversário existem os atos de enunciação do enunciador e existem também os atos de enunciação opostos a estes primeiros. Esses atos de enunciação políticos podem ser verdadeiros ou possíveis, mas serão sempre "uma réplica e supõe (ou antecipa) uma réplica" (VERÓN, 1987, p. 16 grifo do autor). Significa dizer que todo discurso político produz um "outro positivo" - aquele para quem o discurso é direcionado - mas está igualmente constituído por um "outro negativo" (VERÓN, 1987, p. 16 grifos do autor).

O ato enunciativo é criado individualmente, não se repete e tem um caráter singular. No entanto, as diferentes enunciações possuem características iguais, estabelecendo-se normas de pertencimento destas a uma dada língua para que sejam compreendidas por todos aqueles que compõem um determinado grupo (BAKHTIN, 1995, p. 77).

Após uma breve explanação teórica partiremos para a análise do programa televisivo selecionado para discussão, veiculado pela Frente Contra a Criação do Estado do Carajás, exibido no dia 18/11 (sexta à noite) no Horário Eleitoral Gratuito do Plebiscito. Vale destacar primeiramente que o horário reservado gratuitamente e regularmente à propaganda política e eleitoral surge como uma concessão pública legal de espaço dentro da programação das empresas de rádio e televisão para a comunicação midiática da política

¹⁰ "Es evidente que el campo discursivo de lo político implica enfrentamiento, relación con un enemigo, lucha entre enunciadore. La enunciacón política parece inseparable de la construcción de un adversario" (VERÓN, 1987, p. 16).

com a sociedade. É controlado pela justiça eleitoral e pago pelo Estado por meio de renúncia fiscal (GOMES, 2004, p. 209).

Sobre o papel da televisão na sociedade França (2012, p. 39) fala de sua penetração reflexiva no cotidiano social, a TV é um reflexo de crenças, problemáticas e costumes de uma sociedade em um período qualquer, ela forma e influencia comportamentos, estabelecendo tendências diversas. Por meio da televisão discursos dominantes são impostos, discursos outros também encontram espaço, os posicionamentos dos sujeitos são atualizados e ganham visibilidade, bem como outras questões. Como "um centro de forças", a TV reflete e refrata a nossa cultura (FRANÇA, 2012, p. 39).

O programa televisivo é uma resposta ao programa exibido no dia 16 de novembro, à noite, pela Frente Pró Criação do Estado do Carajás, logo no início um dos apresentadores que aparece frequentemente nas campanhas das frentes contrárias à criação dos estados, está em estúdio, com um fundo branco, expressão séria para enunciar o seguinte texto:

O Pará inteiro assistiu ontem à noite, no programa dos separatistas, cenas fortes de violência contra o nosso povo. Pessoas de Belém levando tapas na cara. A gente poderia mostrar essas cenas, mas não vamos fazer isso em respeito a todos que vivem nesse Estado, na capital e no interior. Os tapas que foram dados na cara do nosso povo são o ponto máximo a que chegaram as agressões dos separatistas ao Estado do Pará. Todos os dias vocês estão vendo, eles nos chamam de miseráveis, confundem pobreza com falta de dignidade, pensam que estão falando com um povo sem esperança que não sabe escolher o que é melhor para o seu futuro, **pensam que a gente não sabe dizer não, que a gente não sabe se defender, não conhecem a alma cabana do povo paraense, esquecem que o Pará nasceu em Belém e daqui foi defendido toda vez que quiseram roubá-lo.** Esta campanha não é uma guerra, não é um vale tudo, nem o Pará é o fim do mundo, o que está sendo discutido aqui é a vida de sete milhões e meio de pessoas e todas elas merecem respeito, não tapas na cara (Programa do "não" exibido no dia 18 nov. 2011, 19h30-19h35 grifos nossos).

A modalidade enunciativa utilizada pelo apresentador busca um envolvimento, uma proximidade com a população paraense atribuindo a ela um sentimento de humilhação pela agressão por parte da campanha dos grupos favoráveis à divisão que exibiu pessoas em ambientes da cidade de Belém, recebendo tapas na cara, enquanto um locutor enunciava "quem vota contra o 'sim', vota contra o futuro do Pará".

As campanhas de oposição à redivisão do Estado, utilizaram como principal estratégia discursiva a necessidade de integridade deste, defenderam que somente sua força como um todo é capaz de resolver os problemas sociais, estes, por sua vez, foram silenciados pelos opositoristas. Investiram bastante no discurso da união da população, deslegitimando o interesse de parte desta, que deseja a criação dos estados. O discurso da separação foi

atribuído a grupos menores, compostos por indivíduos que não são paraenses, com interesses políticos e econômicos na divisão, e não em prol do bem comum.

Os principais elementos da cultura do Estado foram bastante explorados, como o hino, a bandeira, as paisagens e a gastronomia, mas reconhecidos pelos paraenses como símbolos da cultura local apenas pela população de Belém, capital do Estado, e municípios próximos que ficariam no Pará caso a reconfiguração viesse a ocorrer. Juntos esses municípios contam com cerca de dois terços do eleitorado paraense e, portanto, têm - e tiveram -, condições de definir o futuro do Estado.

É para essa parte da população que a fala do apresentador - e as campanhas do "não" - foram direcionadas. Em seguida a esse início, temos tomadas externas, em locais facilmente reconhecíveis pela população de Belém, como o comércio e o Ver-o-peso, áreas bastante tradicionais da cidade em que pessoas foram entrevistadas para falar sobre como se sentiram desrespeitadas em relação ao "tapa na cara". A recuperação da temática da Cabanagem foi uma estratégia discursiva possível para demarcar mais uma vez a posição do "não" como defensora do Pará e apontar o outro como o colonizador, aquele que vem de fora para usufruir dos recursos locais e levá-los embora consigo, aquele que diz sobre o nosso futuro, mas que foi derrotado pelo movimento cabano - mesmo que por um tempo apenas. Exalta-se assim, novamente, a força da união da população em defesa do Pará, mas de forma segregacionista, separando-se o que não se deseja separar, pois só se reconhece a população da capital como paraense.

As campanhas do "sim", por sua vez, buscavam estratégias mais complexas para atender às expectativas de toda a população de que a divisão seria proveitosa para todos. Eles dependiam do apoio de Belém para vencer. As campanhas divisionistas amparavam-se em dados estatísticos que apontavam o crescimento dos três estados - Pará remanescente, Carajás e Tapajós -, colocando a divisão como única alternativa imediata para a solução das mazelas sociais do Pará atual, estas denunciadas o tempo todo nas campanhas, a ponto de entrar em conflito direto com o governador do Estado, Simão Jatene¹¹ (PSDB-PA).

Sobre essa polaridade discursiva do imaginário político, Verón (1987, p. 16 grifo do autor) explica que os destinatários positivo e negativo são identificados para direcionar a "a ambos ao mesmo tempo", o discurso¹². O vínculo com o primeiro é chamado de "crença

¹¹ Simão Jatene foi governador do Pará pela primeira vez no período de 2003 a 2006 e eleito pela segunda vez em 2010 para um novo mandato.

¹² "La cuestión del adversario significa que todo acto de enunciación política supone necesariamente que existen otros actos de enunciación, reales o posibles, opuestos al propio. En cierto modo, todo acto de enunciación política a la vez es

pressuposta", entende-se que o destinatário positivo partilha das mesmas posições e crenças, na busca por objetivos afins. O destinatário negativo, por sua vez, é colocado à margem dessa estratégia, a relação que se estabelece entre o enunciador e este, baseia-se no pressuposto de "inversão da crença", nesse caso, verdade e falsidade fazem oposição entre um e outro, esse discurso está presente de forma latente em todo discurso político e representa uma "leitura destrutiva que define a posição do adversário" (VERÓN, 1987, p. 17).¹³

As campanhas oposicionistas lançaram mão de estratégias discursivas sobre temas discutidos por ambas, mas amparados em posicionamentos divergentes como: a pobreza, interesses políticos, quem está faltando com o respeito à população, para comunicarem o que seria o Pará e o que seria o plebiscito para a população, especialmente, no sentido de convencê-las a tomar uma decisão de voto. A Cabanagem atravessa a história e a memória da população paraense e é retomada ideologicamente no discurso de autoafirmação de um povo. Sobre o caráter ideológico da palavra, Bakhtin (1995, p. 95) destaca que ela é "sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial".

É no âmbito da linguagem, portanto, das práticas discursivas que conhecemos o mundo em que vivemos que nos apropriamos dele, por meio das interlocuções de sujeitos de ação que constituem a si e aos outros, é na convivência entre os homens que lugares são determinados e diferenças estabelecidas no e pelo discurso (FRANÇA, 2002, p. 37-38).

A "fala do outro" - a questão da alteridade - aparece quando ele toma para si o papel de construir seu próprio lugar de representação. A fala do outro é o *discurso da diferença*; é a fala que, abandonando as representações sob as quais foi construído, coloca em xeque o próprio sistema de representação e os critérios de inclusão e exclusão (de construção do "nós" e do "outro"). Ela desvela ou inaugura um *outro lugar* - e ao fazer isto, mexe com a própria estrutura e com o jogo dos posicionamentos (FRANÇA, 2002, p. 42).

una réplica y supone (o anticipa) una réplica. *Metafóricamente, podemos decir que todo discurso político está habitado por un Otro negativo. Pero, como todo discurso, el discurso político construye también un Otro positivo, aquél al que el discurso está dirigido. En consecuencia, de lo que se trata en definitiva es de una suerte de desdoblamiento que se sitúa en la destinación. Podemos decir que el imaginario político supone no menos de dos destinatarios: un destinatario positivo y un destinatario negativo. El discurso político se dirige a ambos a ambos al mismo tiempo*" (VERÓN, 1987, p. 16).

¹³ "El lazo con el primero reposa en lo que podemos llamar la creencia presupuesta. El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes que nada el partidario. Hablaremos, en su caso, de prodestinatario. La relación entre el enunciador y el prodestinatario cobra, en el discurso político, la forma característica de una entidad que llamaremos colectivo de identificación.

El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación: esta exclusión es la definición misma del destinatario negativo. Al destinatario negativo lo llamaremos contradestinatario. El lazo con éste reposa, por parte del enunciador, en la hipótesis de una inversión de la creencia: lo que es verdadero para el enunciador es falso para el contradestinatario e inversamente; o bien: lo que es bueno para el enunciador es malo para el contradestinatario; o bien: lo que es sinceridad para el enunciador es mala fe para el contradestinatario, etc. En verdad, ese "otro" discurso que habita todo discurso político no es otra cosa que la presencia, siempre latente, de la lectura destructiva que define la posición del adversario" (VERÓN, 1987, p. 17).

O que não era pra ser uma guerra nas campanhas das frentes antagônicas, defendida na fala do enunciador, se transformou em uma disputa onde os ânimos ficaram bastante exaltados e o nível de ofensas e agressões foi aumentando - de ambas as partes - gradativamente à medida que um novo programa era exibido. Como explica Bakhtin (1998, p. 88-89): "ao se construir na atmosfera do 'já dito', o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a seguir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo."

Considerações Finais

A Amazônia, assim como qualquer outro lugar, carrega em si as marcas da sua história que interferem de forma significativa no presente. Em sua ampla extensão, o tradicional e o moderno se inter-relacionam e convivem na mesma realidade. As decisões sobre a região e o ritmo que as transformações provenientes delas tomam no cotidiano das pessoas estão continuamente relacionados com a fusão entre a história e a atualidade (WOOD; SCHMINK, 2012, p. 31).

Embora a proclamação da Independência do Brasil tenha acontecido em 1822, somente depois de intensos conflitos e da revolta popular da Cabanagem - que resistia à integração, aspirando a uma autodeterminação - que a então Província do Grão Pará foi incorporada ao território brasileiro. O Império Brasileiro e posteriormente a República Brasileira sempre se preocuparam em criar estratégias de integrar a região amazônica à nação brasileira, mas o modelo econômico político adotado sempre foi o da integração territorial (PAES LOUREIRO, 2003, p. 78).

A Cabanagem representou esse grito pela libertação política da Amazônia. Contudo, isso não levou nem à emancipação da região nem possibilitou uma reconciliação entre a província e o poder central, destinada, em vez disso a se distanciar cada vez mais deste durante o império (PINTO, 2014, p. 8).

A Amazônia passou a ser reconhecida como parte da nação quando houve necessidade de integrá-la ao território brasileiro para solucionar os problemas do restante do país e atender aos interesses superiores. Já o Pará enquanto submisso à ordem nacional, utiliza sua força eleitoral centralizada na capital para continuar atrelado ao restante de seu território que deseja desvincular-se dele.

De certa forma, a campanha de oposição à criação dos novos estados quer manter o controle sobre as regiões que desejam emancipar-se, utilizando-se para isso, de uma estratégia discursiva de perpetuação desse mito da unidade territorial. Enquanto que a reivindicação da campanha separatista, reedita uma luta histórica das populações locais contra o poder dominante, propondo uma fragmentação do poder de decisão centralizado na capital do Pará. Nestes processos, a mídia sempre se apresenta como uma importante mediadora de discursos conflitantes.

Nessa relação dialógica entre as frentes nas campanhas, o verbal e o não-verbal, a relação entre os interlocutores, o contexto de fala e o momento histórico são determinantes na produção dos enunciados. Os enunciadores elaboraram seus discursos de forma compreensível para seus destinatários, que, por sua vez, interpretaram as mensagens e atuaram de forma responsiva em relação às mesmas, não apenas apresentando novos enunciados, mas também refletindo, se apropriando e sendo constituídos por estes.

As campanhas televisivas do plebiscito apenas evidenciaram uma fração de um curso histórico e ininterrupto de enunciações que continuam se desenvolvendo dentro de determinados grupos sociais. Os discursos de autodeterminação e, contrários a estes, de manutenção do *status quo*, são retomados e atualizados pela comunicação, o todo pode ser analisado pelo seu começo, mas parece estar longe do seu fim, pois mesmo com a derrota das propostas divisionistas, as falas (interiores e exteriores) sobre essa temática se constituem em uma atividade contínua que poderá produzir diferentes reverberações político-sociais a partir do resultado do plebiscito.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2013.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FRANÇA, Vera. A TV e a dança dos valores: roteiro analítico para tratar da relação entre televisão e sociedade. In: FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura (Orgs.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 37-43.

_____. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: FRANÇA, Vera (Org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 27-43.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

MIGALHAS. [Frentes favoráveis e contrárias iniciam campanha sobre plebiscito no Pará](http://www.ooutroladodamoeda.com/politica/5559-frentes-favoraveis-e-contrarias-iniciam-campanha-sobre-plebiscito-no-para.html). 17 set. 2011. Disponível em <<http://www.ooutroladodamoeda.com/politica/5559-frentes-favoraveis-e-contrarias-iniciam-campanha-sobre-plebiscito-no-para.html>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jornal Pessoal**: A revolta social do Pará. n 563 jun. 2014 ano XXVII 2ª quinzena.

_____. **Jornal Pessoal**: Cabanagem: feriado. n 554 fev. 2014 ano XXVII 1ª quinzena.

_____. **Jornal Pessoal**: Uma lição esquecida. n 564 jul. 2014 ano XXVII 1ª quinzena.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SÓ HISTÓRIA. **Revolução Farroupilha**. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/revolucaofarroupilha/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

VERÓN, Eliseo *et all*. **El discurso político: lenguajes y acontecimientos**. Buenos Aires: Hachette, 1987.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2005.

WOOD, Charles H.; SCHMINK, Marianne. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012